

Ensino Colaborativo: Uma Proposta para a Escolarização do Estudante com Transtorno Global do Desenvolvimento

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini

Doutora em Educação Especial. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem e Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru.

Introdução

Caro cursista, você já parou para pensar que a parceria, ou seja, a colaboração sempre esteve presente na sociedade? Também é verdade que os trabalhos realizados em parcerias sempre alcançam os melhores resultados.

Neste sentido, tomando como referência a escolarização de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) em contextos inclusivos, vários autores, ainda no século XX, já alegavam que o trabalho desenvolvido em parceria entre os professores da educação especial e de classe comum, denominado ensino colaborativo, constituía-se em uma proposta muito eficaz (PUGACH; JOHNSON, 1995; COOK; FRIEND 1995; WOOD, 1998; WALTHER-THOMAS; KORINEK; MCLAUGHLIN, 1999).



Atualmente, a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é concebida de forma una, ou seja, para que a inclusão escolar ocorra com qualidade, há que se pensar em um trabalho colaborativo com a educação especial, e vice-versa, pois um trabalho desenvolvido no Atendimento Pedagógico Especializado (APE), ou, ainda que emergencialmente, em classe regida por professor especializado, jamais poderia alcançar êxito sem estabelecer diferentes parcerias com a gestão escolar, com os professores de classe comum, com a família e até mesmo com os demais profissionais de suporte, sobretudo, no trabalho que os estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) demandam.

Cabe destacar que ainda são poucos os professores especializados atuando na área de TGD, pois, historicamente, a rede pública apenas tinha concurso nas áreas de deficiência auditiva, intelectual, física e visual. Este professor especializado está em formação e é você, cursista!



Introdução (cont.)



Visando ultrapassar o cenário em que o professor da classe comum desenvolvia seu trabalho solitário e o professor especializado atendia basicamente numa perspectiva clínica, como podemos organizar o trabalho pedagógico de modo a promover o acesso ao currículo escolar considerando as potencialidades e necessidades de cada estudante?

Que tal agora relembrar o conceito de colaboração, para assim compreendermos melhor o que significa o ensino colaborativo, denominado também na literatura atual de coensino?

O que é colaboração?



Nenhum de nós pode fazer as coisas mais importantes sozinho. A parceria e a colaboração são os caminhos para enfrentar todos os desafios (autor desconhecido).

A palavra *colaboração*, de acordo com Ferreira (1988, p. 214), tem o sentido de “trabalho em comum com uma ou mais pessoas”, de “ajuda” ou “auxílio”. Já Friend e Cook (1990, p. 169), conceituam colaboração como “um estilo de interação entre, no mínimo, dois parceiros equivalentes, engajados num processo conjunto de tomada de decisão, trabalhando em direção a um objetivo comum.”

Assim, a colaboração é uma prática de trabalho em que os professores trabalham em conjunto para atingir um objetivo comum, de tal forma a conseguir melhores resultados, neste caso, o ensino e a aprendizagem do estudante com TGD. De acordo com os autores, a colaboração em nível conceitual, envolve:

- **Conscientização:** passamos a ser parte do processo quando trabalhamos com objetivos comuns;
- **Motivação:** buscamos um consenso na resolução de problemas ou no desenvolvimento das práticas, sem que isso signifique ausência de conflitos;
- **Autossincronização:** decidimos como indivíduos quando e como as coisas precisam acontecer;
- **Participação:** participamos colaborativamente e favorecemos para que todos participem também;
- **Mediação:** negociamos e colaboramos na busca de um ponto de equilíbrio com bom senso nos conflitos existentes;
- **Reciprocidade:** compartilhamos ideias e práticas inovadoras;
- **Reflexão:** pensamos e consideramos diferentes alternativas para as práticas pedagógicas;
- **Engajamento:** empenhamo-nos ativamente em vez de esperar para ver o que acontece.

O que é colaboração?

Pugach e Johnson (1989) explicitam que os maiores desafios na experiência com o ensino colaborativo estão mais relacionados ao processo de implementação entre os professores e/ou profissionais que apresentam bastante dificuldade em revelar seus medos, de saírem de seus papéis de *expert* em tal área e compartilhar seus saberes, suas dificuldades, suas crenças, para que, com humildade, possam juntos encontrar novas maneiras de prover o ensino e a aprendizagem dos estudantes PAEE na classe comum.

No contexto educacional, a colaboração entre professor especializado e professor de classe comum ainda deve ser realizada, pois historicamente o estudante com TGD ou não frequentava a escola ou, quando conseguia se matricular, eram exclusivamente em escolas especiais.

Além disso, os professores especializados de sala de recursos na rede estadual nas demais áreas atuavam exclusivamente no contraturno e, quase nunca estabelecia parceria, desenvolvia um trabalho mais solitário numa perspectiva clínica, mantendo pouca ou nenhuma relação com os professores de classe, e na área de TGD, tal serviço de não existia, já que tais estudantes não estavam na rede comum de ensino. Agora esta possibilidade se vislumbra, pois a própria legislação paulista, por meio da Resolução 61 (SÃO PAULO, 2014) e Instrução de 14 de janeiro de 2015 (SÃO PAULO, 2015), indica esta colaboração entre ambos, o que aprofundaremos no texto 2, ao definir o papel de cada professor neste processo.

Bauwens, Hourcade e Friend (1989) descrevem a parceria entre professores da educação especial e de classe comum e denominam essa relação de ensino colaborativo. O termo *coensino* foi uma abreviatura utilizada por Cook e Friend (1995) que agregaram ao conceito da proposta que ambos os professores (da educação especial e da classe comum) devem se responsabilizar pelo planejamento e organização do trabalho pedagógico, definindo a quem compete cada uma das ações planejadas em conjunto, desde a inclusão de recursos didáticos, Tecnologia Assistiva, modificações metodológicas, organização do trabalho pedagógico tanto no âmbito da classe comum, como nas orientações à família, aos demais membros da equipe escolar e a outros profissionais.

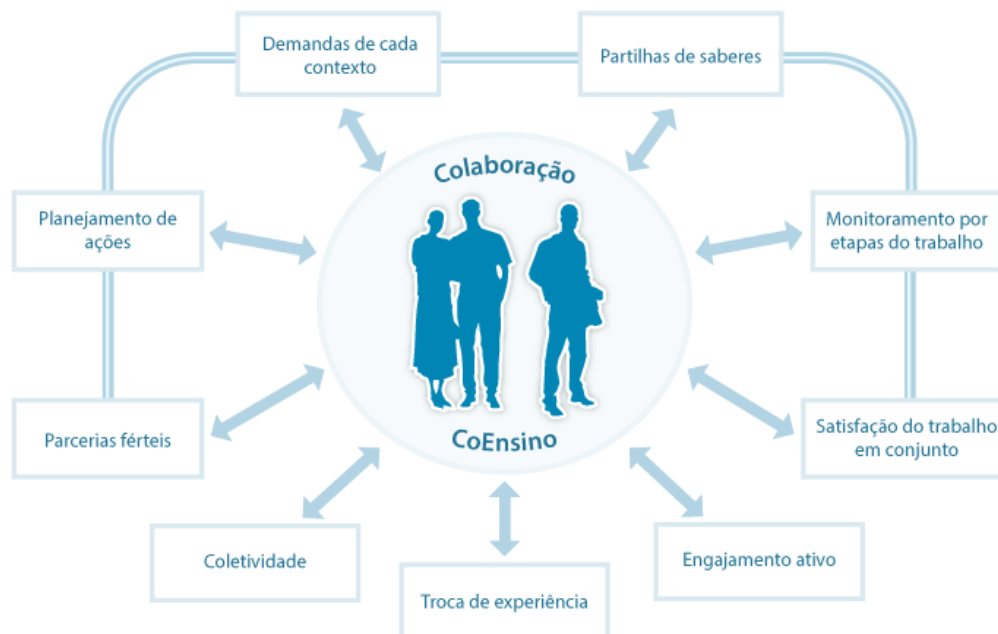
O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos. Ambos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula (CAPELLINI; ZANATA; PEREIRA, 2008, p. 10).

O que é colaboração?

Sintetizando, a particularidade da proposta de colaboração está na ação didática colaborativa, na partilha dos saberes com o objetivo de avaliar as necessidades e as potencialidades de todos os estudantes e, a partir de então, na elaboração do PAI em conjunto. Na medida do possível, as ações previstas e avaliação delas devem acontecer colaborativamente (BACHARACH, HECK, DAHLBERG, 2008; WILLIS, 2013).

Assim, pensar na sistematização de ações daquilo que precisa ser melhorado de acordo com as demandas do contexto é importante, iniciando-se, dessa forma a construção de planos com o monitoramento das etapas do trabalho, que envolvem os parceiros do ensino colaborativo, visando à satisfação do trabalho em conjunto, bem como, a eficácia do seu desenvolvimento, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 1 – Colaboração e Coensino



Fonte: Giraldi e Capellini (2015).

Quais os benefícios de uma proposta de ensino colaborativo?

O novo contexto de inclusão escolar requer da escola respostas diferenciadas daquelas oferecidas historicamente. Sabemos que este novo paradigma posto na sociedade não se efetivará da noite para o dia, como também jamais será um processo de qualidade se for implementado de maneira solitária.

Assim, um dos principais benefícios do ensino colaborativo seria o suporte que a educação especial pode oferecer para o professor da sala comum, em que o planejamento, as práticas pedagógicas e a avaliação do processo podem ser feitas em colaboração. Muitas vezes, pensamos que para garantir um ensino de qualidade para o estudante com TGD, por exemplo, há que se pensar em métodos mirabolantes, mas, na realidade, o professor especializado precisa conhecer e dominar estratégias de ensino que aprimorem a comunicação e que minimizem eventuais problemas comportamentais. O professor da classe comum, por sua vez, precisa acreditar na aprendizagem de todos os seus estudantes para que, junto com o professor especializado, possam implementar as ações previstas no PAI, garantindo assim que todos os estudantes acessem o mesmo currículo, ainda que, quando necessário, com as adaptações, conforme aprofundaremos no último texto desta disciplina.

O ensino colaborativo não visa sanar todas as dificuldades da escola, nem pode ser visto como uma proposta redentora da educação. Na educação brasileira, muito tempo e energia já foram perdidos nas inúmeras tentativas de implantar projetos ou ideias que tiveram sucesso em outros países (GUENTHER, 2006). Não podemos mais esperar! Por isso, cursista, o momento de viabilizar novas práticas é agora e este novo contexto tem desafiado cada escola a pensar sua própria realidade. Isto não significa que não se valorize as boas experiências e o que a ciência produziu, mas, exatamente por considerar a ciência da educação, que já nos apontou que um indivíduo não é igual ao outro e, portanto, as melhores respostas pedagógicas são aquelas que consideram como ponto de partida sua própria realidade, e cada estudante como único.

Nesse sentido, a organização de trabalhos colaborativos se mostra importante nas instituições de ensino, uma vez que promove a articulação entre a equipe da escola, a família e a comunidade. Mesmo porque, apenas as concepções de ensino de um único profissional não seriam suficientes para contribuir no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes.

Desta forma, podemos enfatizar que os benefícios do ensino colaborativo são muitos, sobretudo no sentido do professor especializado compreender que o professor da classe comum não tem a responsabilidade pelo sucesso da escolarização sozinho, mas que juntos, professor especializado e professor de classe comum, podem mais e melhor! Além da colaboração que deve existir com a família e com os demais envolvidos na rede de apoio.

Como implementar uma proposta de ensino colaborativo?

Primeiramente, a escola deve ter clareza quanto ao conceito de participação, de trabalho em equipe, de parceria, de gestão democrática, pois estes elementos são essenciais para o bom desenvolvimento.

De acordo com Capellini e Giraldi (2015) diversos procedimentos devem nortear a organização do trabalho pedagógico de ensino pautado na colaboração:

- Contar com a participação da equipe gestora;
- Pensar em uma estrutura em que seja viável planejar e propor ações para resolver questões identificadas no cotidiano escolar;

- Manter um canal efetivo para a comunicação ativa entre os profissionais, além de prezar pela manutenção de um relacionamento agradável;
- Realizar o registro de decisões sobre as questões tratadas para que haja coerência nas decisões tomadas;
- Compartilhar linguagem e conhecimento;
- Elaborar planos de ação flexíveis frente às características do contexto.

A palavra-chave da proposta é flexibilidade, pois um planejamento pedagógico de qualidade pressupõe o componente flexibilidade, uma vez que estruturas rígidas não favorecem este trabalho.

Segundo Walther-Thomas, Korinek e McLaughlin (1999), é necessário compreender os seguintes pressupostos para se implementar esta proposta.

- Inclusão escolar demanda parcerias, mas não é sinônimo de ensino colaborativo;
- Os profissionais envolvidos precisam de respeito mútuo, sem que isso signifique ser melhores amigos;
- O imediatismo dificulta uma avaliação mais criteriosa do processo, visto que tradicionalmente não aprendemos a trabalhar colaborativamente;
- O engajamento profissional e a motivação para o trabalho são fundamentais;
- Ensino colaborativo não significa fazer tudo o tempo todo juntos.

Como implementar uma proposta de ensino colaborativo?

Nas escolas, segundo Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009), o ensino colaborativo pode se efetivar de diferentes formas como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Diferentes modelos para implementar o ensino colaborativo na classe comum

Um ensina, o outro observa	Um professor ensina o conteúdo da aula enquanto o outro observa os estudantes à medida que eles respondem às informações e se envolvem com o trabalho. Existe um momento anterior de planejamento para definir os conteúdos que esperam atingir e ater maior atenção durante o ensino e a observação; ao final, analisam juntos esses dados após a aula
Um ensina, o outro auxilia	Um dos professores tem como responsabilidade principal, o ensino da matéria, enquanto o outro profissional circula pela sala, proporcionando assistência a todos os estudantes sempre que for necessário
Ensino em estações	Os professores dividem o conteúdo e a turma em grupos. Cada um ensina o conteúdo para um grupo e, subsequentemente, repete a instrução para o outro grupo. Se for apropriado, uma terceira “estação” poderia oferecer aos estudantes uma oportunidade para trabalharem independentemente
Ensino paralelo	Os professores dividem a classe pela metade e ensinam o mesmo conteúdo. Isso possibilita a opção de compartilhar ou comparar a informação quando a aula se aproxima do fim, ampliando, assim, a oportunidade de se conseguir dar conta de mais conteúdo
Ensino alternativo	Na maior parte dos grupos de aula, surgem ocasiões em que alguns estudantes necessitam de instrução especializada. No ensino alternativo, um professor assume a responsabilidade pelo grupo maior, enquanto o outro trabalha com um grupo menor
Revezamento	Neste modelo, ambos os professores fornecem as mesmas informações ao mesmo tempo. É uma abordagem bastante fluida ao ensino, que requer que ambos os professores estejam em sincronia, mas que também sejam um tanto espontâneos durante a instrução

Fonte: Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009, p. 18).

Como implementar uma proposta de ensino colaborativo?

Você, cursista, deve estar pensando que na sua escola tais arranjos não são aplicáveis.

A proposta deste texto é que conheça sobre os modelos existentes de ensino colaborativo, assim como, à luz da ciência, saiba que pesquisas com essa proposta foram desenvolvidas



inicialmente em outros países e no Brasil a partir de 2004 e têm apresentado bons resultados no processo de inclusão escolar do estudante público-alvo da educação especial.

Considerando este referencial teórico-metodológico, cada equipe escolar, de acordo com a sua realidade, pode verificar o que é possível desenvolver no momento e o que pode ser projetado para melhorar. Por exemplo, um professor do 2º ano do Ensino Médio tem em sua turma um estudante com TGD, diagnosticado com TEA/Asperger, e você é o professor especializado que atende o estudante duas vezes por semana como professor itinerante. Como você poderia implementar os modelos descritos no Quadro 1?

Poderia, inicialmente, planejar em conjunto e em algumas situações participar dentro da classe comum em uma das formas, pautando-se em um dos modelos de ensino colaborativo. Sabemos que a proposta é mais facilmente desenvolvida no Ensino Fundamental I, em que o professor da classe comum passa mais tempo com a turma, mas a essência para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio é, a princípio, planejar e avaliar o processo colaborativamente, tendo bem definido o papel de cada um, como você irá estudar no Texto 2.

Todavia, é necessário cuidar para que a exclusão não ocorra dentro da classe comum, ou seja, o professor especializado se transformar numa espécie de professor particular dentro da classe comum do estudante com TGD, por exemplo. Nesse caso, apenas o professor especializado ensina o estudante com TGD ou ainda aquele professor da classe comum que alega ter “33 três estudantes e mais este aí da inclusão”, que é sua responsabilidade.

Como implementar uma proposta de ensino colaborativo?

Não podemos esquecer que o cerne do ensino colaborativo está arraigado no planejamento, ação e reflexão conjugada entre os professores; é um modelo de ensino que se inicia antes do desenvolvimento, durante e depois.

Certamente este não é um trabalho fácil, demanda parceria da gestão, que tem papel essencial na oferta de condições necessárias para a implementação da proposta. Requer humildade tanto do professor da sala comum como do professor especializado, pois, enquanto o professor da sala comum domina o conteúdo específico, por exemplo, de física ou geografia, o professor especializado domina estratégias e recursos que podem eliminar ou minimizar as barreiras à inclusão. Juntos, podem aprender a colaborar um com o outro. Na realidade, um não precisa ter o saber que o outro tem, mas sim, juntos garantir que o estudante aprenda aquele conteúdo.

Capellini (2004) enfatiza que a riqueza do trabalho conjunto na sala de aula pode dar pistas de mudanças necessárias no percurso que só o APE fora da sala comum não daria. Daí a importância de planejar pelo menos alguns momentos para esta parceria no contexto da classe comum.

As parcerias colaborativas no cotidiano escolar podem ser construídas com diferentes sujeitos para garantir o processo de escolarização do estudante com TGD. A gestão escolar, como já mencionada, pode ser uma grande parceira. Dentro da classe comum, outros colegas podem ser parceiros colaborativos, assim como os cuidadores, quando for o caso, e sempre os familiares ou responsáveis devem ser parceiros e, portanto grandes colaboradores neste processo. Se o atendimento ao estudante é feito por diferentes profissionais, estes também devem ser parceiros.

Você sabia que já tem gente fazendo?

Embora o ensino colaborativo seja uma estratégia originária de outros países, na atualidade, tem sido apontada como muito eficiente para o sucesso da escolarização do PAEE, e no Brasil já tem gente fazendo.

A Secretaria Municipal de Educação dos municípios de Macatuba-SP, São Carlos-SP e Aracruz-ES, já estão implementando a estratégia do ensino colaborativo, com resultados promissores.

No texto 3, você terá a oportunidade de conhecer diferentes experiências de APE para estudantes com TGD, ainda que não diretamente como coensino, mais inspirados na colaboração, por meio de parcerias e assessorias colaborativas em diferentes regiões do Brasil.

Considerações finais

Trabalhar com estudantes com TGD do ponto de vista da colaboração é sem dúvida uma ação ainda a ser efetivada em nossas escolas, mas uma ação possível, sem a qual não seria possível ampliar a cultura inclusiva nas escolas, que por sua vez, tem como princípio a

colaboração, a parceria, o desenvolvimento da equipe escolar frente às novas possibilidades de aprimorar ou se inventar novas práticas pedagógicas diante das singularidades dos diferentes sujeitos.

Trabalhar com parcerias e apoio mútuo é o grande diferencial no processo de escolarização na perspectiva do ensino colaborativo.

Esta realidade só será possível com o engajamento de cada um, com o compromisso com a aprendizagem de todos os estudantes e não de apenas alguns, tanto quanto do compromisso e necessidade da formação continuada e reflexão da prática profissional.

Nesse sentido, será necessário romper com este modelo solitário de ensino, em que o professor assume toda a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso do estudante. "Os estudantes da escola não são meus! São nossos!"

Referências

BACHARACH, N.; HECK, T.; DAHLBERG, K. What Makes Co-Teaching Work? Identifying the Essential Elements. *The College Teaching Methods and Styles and Journal*, n. 4, p. 43-48, 2008.

BAUWENS, J.; HOURCADE, J. J.; FRIEND, M. cooperative teaching: a model for general and special education. *Remedial and Special Education*, n. 2, v.10, p.17-22, 1989.

CAPELLINI, V. L. M. F. *Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo para o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental*. 2004. 300 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZANATA, E.M.; PEREIRA, V. A. Práticas educativas: ensino colaborativo. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O.M.R. (Org.). *Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental*. Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

CONDERMAN, G. J. BRESNAHAN, M.V, PEDERSEN, G.; PEDERSEN, T. Taking the plunge: what is coteaching all about? In: _____. *Purposeful coteaching: real cases and effectiveness strategies*. Corwin Press: Thousand Oaks, California, 2009.

COOK, L.; FRIEND, M. Co-teaching: Guidelines for creating effective practices. *Focus on Exceptional Children*, v. 28, n. 3, p. 1-16, 1995.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 214.

FRIEND, M.; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. *Journal of Educational and Psychological Consultation*, v.1, n.1, p. 69- 86, 1990.

GIRALDI, L. P. B.; CAPELLINI, V. L. M. F. *Ensino Colaborativo junto ao Estudante com Altas habilidades e superdotação*. São Paulo: AVA Moodle Unesp [Edutec], 2015. No prelo. Trata-se do texto 1 da disciplina 14 do curso de Especialização em Educação Especial/Altas Habilidades ou Superdotação da Rede São Paulo de Formação Docente. Disponível em: <www.edutec.unesp.br/moodle>. Acesso em: 06 mai. 2015.

GUENTHER, Z. C. Desenvolvendo capacidades e talento: um conceito de inclusão. Petrópolis: Vozes, 2006.

PUGACH, M. C.; JOHNSON, L. J. *Collaborative practitioners, collaborative schools*. Colorado: Love Publishing Company, 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Resolução SE n. 61, de 11 de novembro 2014. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://siaue.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/61_14.HTM?Time=17/04/2015%2010:20:03>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Instrução, 14 de janeiro de 2015. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, Seção I, v. 125, n. 9, p. 31-32, 15 jan. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/coQyw5>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

UGACH, M. C.; JOHNSON, L. J. The challenge of implementing collaboration between general and special education. *Exceptional Children*, v. 56, n. 3, p. 232-235, 1989.

WALTHER-THOMAS, C. S.; KORINEK, L. A.; MCLAUGHLIN, V. L. Collaboration to support students' success. *Focus on Exceptional Children*. v. 32, n. 3, p. 1-18, 1999.

WILLIS, D. Collaborating to Meet Challenges of Co-Teaching Common Core Standards-RESEARCH. *Kentucky Journal of Excellence in College Teaching and Learning*, v. 11, 2013. Acesso em: 20 abr. 2015.

WOOD, M. Whose job is it anyway? Educational roles in inclusion. *Exceptional Children*, v. 64, n. 2, p. 181-195, 1998.

Crédito das imagens

Imagem 1: Stock Photo: Young girl ID 34614811 © Santosh Chavan | Dreamstime.com

Imagem 2: Stock Photo: Young girl ID 34614514 © Santosh Chavan | Dreamstime.com

Imagem 3: Modificado de Stock Photography: 3D businessperson signing a contract ID 11283092
© Goldencow | Dreamstime.com

Imagem 4: Royalty Free Stock Photo: Multicolored Puzzle Pieces Symbolizing Autism Awareness
ID 23052765 © Timothy Grover | Dreamstime.com

Imagem 5: Stock Photo: Young girl ID 37224032 © Santosh Chavan | Dreamstime.com